

Uma análise biográfica dos efeitos do Programa Bolsa Família: a relação entre individualidade, o atendimento às necessidades e o desenvolvimento de capacitações

DOI: 10.12957/irei.2024.83026

Débora Rinaldi¹

Hermílio Santos²

Michaela Köttig³

Resumo

O presente estudo analisou o papel do Programa Bolsa Família (PBF) na vida de beneficiários, moradores da cidade de Porto Alegre. Com base em uma metodologia interpretativa de pesquisa, foram realizadas dez entrevistas narrativas biográficas com homens e mulheres, titulares do benefício. Dessas, três entrevistas foram reconstruídas a partir do método de reconstrução biográfica de caso, cujos resultados foram sintetizados em três tipos diferentes de papéis ou funções desempenhadas pelo programa, a saber: como complemento à renda familiar, o benefício não permitiu em nenhum dos casos a superação da insegurança alimentar, a qual só foi alcançada após a colocação dos usuários no mercado de trabalho formal. Por outro lado, seu recebimento bem como o acesso aos demais serviços da rede socioassistencial se destacaram por terem funcionado como forma de compensar vínculos sociais inseguros e de desenvolver capacitações. Quando as individualidades dos entrevistados foram compreendidas pelos serviços socioassistenciais, necessidades puderam ser atendidas, e capacitações fortalecidas e desenvolvidas. Considerando ainda o foco atribuído pelo programa e pelos serviços socioassistenciais ao desenvolvimento de habilidades para o mercado de trabalho, foi possível observar como importantes áreas da vida, como as relações familiares, acabaram ficando de lado.

Palavras-chaves

Bolsa Família; efeitos; pesquisa biográfica.

¹ Doutora em Sociologia e professora colaboradora do PPG de Economia do Desenvolvimento da PUCRS. E-mail: dkleinrinaldi@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0001-7006-5588>.

² Doutor e professor em Sociologia. E-mail: Hermilio@puers.br. <https://orcid.org/0000-0002-3207-3330>.

³ Doutora em Ciências Sociais e professora de condução de conversas, comunicação e consultoria em conflitos no Departamento de Serviço Social da Frankfurt University of Applied Science, Frankfurt am Main, Alemanha. E-mail: koettig@fra-uas.de. <https://orcid.org/0000-0002-0287-7389>.

A biographical analysis of the effects of the Bolsa Família program: the relationship among individuality, meeting needs and developing capabilities

Abstract

This study examines the role of the Bolsa Família Program (PBF) in the lives of beneficiaries residing in Porto Alegre. Using an interpretative research methodology, ten narrative biographical interviews were conducted with male and female benefit recipients. Of these, three interviews were reconstructed through a biographical case reconstruction method, and the results were synthesized into three distinct roles fulfilled by the program. First, as a supplement to family income, the benefit did not, in any of the cases, enable beneficiaries to overcome food insecurity, a milestone only reached after their integration into the formal labor market. Second, receipt of the benefit, along with access to other social assistance services, played a significant role in compensating for insecure social ties and fostering the development of capabilities. When social assistance services recognized and addressed the individualities of beneficiaries, needs were met, and capabilities were strengthened and developed. Given the program's and social assistance services' emphasis on developing skills for the labor market, it was possible to observe how important areas of life, such as family relationships, were often neglected.

Keywords

Bolsa Família; effects; biographical research.

Introdução

Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Brasil vem avançando em suas políticas de combate à pobreza. Entre a implementação do Benefício de Prestação Continuada (BPC), em 1993, e a recente retomada do Programa Bolsa Família (PBF), em 2023, passaram-se trinta anos, repletos de avanços, momentos de estabilidade, mas também estagnação e retrocessos. Diante desse quadro de idas e vindas, o presente estudo debruçou-se em compreender os efeitos do PBF na vida de beneficiários, moradores da cidade de Porto Alegre em um contexto de articulação entre o programa e os demais serviços socioassistenciais (mais detalhes ver Rinaldi, 2022⁴). Embora diversos pesquisadores já tenham analisado os efeitos do programa com base em métodos qualitativos de pesquisa (Bronzo; Prates, 2012; Suarez; Libardoni, 2007; Rego; Pinzani, 2014; Testa *et al.* 2013, entre outros), este trabalho pertence àqueles poucos que o fizeram através de métodos biográficos de pesquisa. Do ponto de vista dos resultados encontrados, o estudo se destaca por chamar a atenção para a importância do atendimento às necessidades dos beneficiários para a melhoria das condições de vida,

⁴ O presente trabalho foi realizado entre 2018 e 2022, com bolsa de doutorado do Programas de Suporte à Pós-Graduação de Instituições Comunitárias de Educação Superior (PROSUC) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e com bolsa de doutorado sanduíche do Programa Institucional de Internacionalização (CAPES-PRINT).

demonstrando empiricamente como a compreensão das individualidades⁵, o atendimento às necessidades e o desenvolvimento de capacitações, no sentido auferido por Amartya Sen (2018), podem estar relacionados. Dessarte, esses achados configuram uma novidade entre os estudos que analisam e avaliam os efeitos do PBF.

Para tanto, adotou-se uma metodologia de pesquisa aberta dentro da tradição da *Grounded Theory* (Glaser; Strauss, 2006). Isso significa dizer que o problema de pesquisa foi desenvolvido ao longo do processo investigatório, com base nos dados encontrados no campo, seguida da aplicação de métodos abertos de coleta e análise e de um movimento circular entre empiria e teoria (Rosenthal, 2014). À medida que avançávamos no levantamento e análise dos dados, teorias eram mobilizadas para a interpretação dos dados de tal forma que, quando novas questões se abriam, recorria-se novamente aos dados, e assim consecutivamente até a reconstrução final dos casos e sua discussão comparativa. Ao final do processo de análise, especialmente a abordagem das capacitações de Amartya Sen (2018) contribuiu para as nossas reflexões em torno dos impactos do programa na condição de vida dos entrevistados.

No que tange aos métodos biográficos utilizados, esses se destacam por privilegiarem o sistema de relevância⁶ do entrevistado e não em primeiro lugar o do entrevistador, possibilitando também a diferenciação analítica entre interpretação e experiência. Tivemos acesso tanto às interpretações dos entrevistados sobre o programa como também as suas experiências com o mesmo. Nos casos analisados, foi a combinação de diversos recursos que possibilitou a mudança, e não apenas o programa. Além disso, ao manter o foco do estudo na vida das pessoas e não, primeiramente, nos efeitos da política, os métodos garantiram uma leitura ampla sobre os impactos, a exemplo da relação entre a compreensão das individualidades, o atendimento às necessidades e o desenvolvimento de capacitações.

Na tentativa de melhor ilustrarmos o processo de pesquisa e os resultados, o artigo se encontra estruturado da seguinte forma: após essa breve introdução, buscamos sintetizar na próxima seção os principais efeitos do programa apontados pela literatura, com destaque para os estudos qualitativos; já na terceira seção tratamos dos aspectos centrais do processo de pesquisa, oferecendo uma explanação dos métodos utilizados e a discussão dos resultados alcançados. Por fim, concluímos o artigo tecendo algumas considerações referentes às contribuições do estudo.

⁵ Entendemos individualidade, aqui, como as especificidades de um indivíduo, ou seja, a combinação de características que fazem dele um ser singular, mas não necessariamente único, uma vez que essa combinação pode ser repetir na imensidão social.

⁶ O termo sistema de relevância, assim como cunhado por Alfred Schütz (2018), corresponde ao nível de aproximação ou distância dos sujeitos em relação ao conhecimento socialmente compartilhado. Nesse sentido, o sistema de relevância apresenta forte determinação biográfica.

O que sabemos sobre os efeitos do PBF?

Com a fusão dos programas Bolsa Escola, Auxílio Gás, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação em um único programa, o *Programa Bolsa Família*, deu-se início, a partir de 2003, a um processo que acabou por consolidar os Programas de Transferência de Renda Condicionada (PTRC) como os principais instrumentos de combate à pobreza no país. Ao transferir valores em dinheiro para famílias pobres e extremamente pobres, chefiadas, sobretudo, por mulheres, e condicionando esses repasses à frequência escolar e ao acompanhamento em saúde de crianças, adolescentes, gestantes e nutrizes, seus impactos macro e microsociais se tornaram rapidamente visíveis. A boa focalização e o gradativo aumento da cobertura permitiram que, sobretudo, a extrema pobreza recuasse já nos primeiros anos de implementação (Souza *et al.*, 2018).

Quando olhamos para dentro da vida de beneficiários do programa, vemos como o recebimento do benefício propiciou a melhora no consumo de alimentos das famílias, seguido de produtos de higiene, beleza, material escolar, móveis e eletrodomésticos (Rego; Pinzani, 2014; Suarez; Libardoni, 2007; Testa *et al.*, 2013). No que tange à vida das mulheres, observou-se como o benefício acabou fortalecendo, em muitos casos, o papel feminino do cuidado e da maternagem, bem como a possibilidade de as mulheres sentirem-se reconhecidas na família e na comunidade por tornarem-se parte do circuito econômico (Rego; Pinzani, 2014; Suarez; Libardoni, 2007). Se, por um lado, o programa demonstra agir diretamente na reprodução de papéis sociais femininos tradicionais, por outro lado ele também vem contribuindo para a autonomia das mulheres, possibilitando, em alguns casos, que se libertem de relações familiares indesejáveis, inclusive daquelas que envolvem violência doméstica (Rego; Pinzani, 2014; Stuker, 2021). Sendo assim, percebe-se uma relação entre o recebimento do recurso e a possibilidade de reconfiguração de suas vidas, conquanto que sua realização prática tenha se mostrado ainda limitada em razão da contínua baixa articulação entre o PBF e programas complementares (Martins, 2020; Ramires, 2018; Testa *et al.*, 2013). No caso dos homens, o recebimento do benefício tem significado alívio ao diminuir a pressão social sobre eles em cumprir o papel de provedor familiar, sem trazer, entretanto, mudanças nos papéis tradicionais de gênero, assim como argumenta Tebet (2012). Segundo essa mesma autora, as mulheres continuam sendo mais envolvidas no trabalho junto à Assistência Social, enquanto os homens se mantêm distantes dos seus espaços. Outras discussões seguem na mesma direção, argumentando que os serviços socioassistenciais acabam muitas vezes reforçando a representação de que seus espaços não são “feitos” para os homens, ao mantê-los distantes dos serviços (Bartholo; Passos; Fontoura, 2018).

Do ponto de vista dos efeitos macrosociais, a grande volatilidade de renda entre os beneficiários, associada aos baixos valores transferidos pelo programa, foi identificada a partir de 2009 como um entrave para que todas as famílias conseguissem superar a extrema pobreza (Osório; Soares, Souza, 2011). Por essa razão, foi criado em 2012 o Benefício de Superação da Extrema Pobreza (BSP) para a erradicação da extrema

pobreza, disponibilizando um valor suplementar à renda das famílias extremamente pobres com crianças e jovens até 15 anos. Esse valor não era fixo, variando de acordo com a renda de cada família, complementando-a até que a linha de extrema pobreza *per capita* fosse superada. Embora existam diversos estudos que apontem para a melhora do consumo de alimentos entre os beneficiários (Suarez; Libardoni, 2007; Testa *et al.*, 2013, entre outros) há outros, em especial na área da saúde e nutrição, que identificaram a dificuldade de os valores permitirem a superação da insegurança alimentar entre os beneficiários (Anschau; Matsuo; Segall-Corrêa, 2012; Traldi; Almeida, 2012). Essa situação ficou ainda mais evidente durante a pandemia de Covid-19, quando 73,3% dos beneficiários do programa apresentaram sofrer de algum tipo de insegurança alimentar, tenha sido ela leve, moderada ou grave (Rede Penssan, 2022).

Com a gradativa implementação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) a partir de 2005, o Governo Federal buscou intensificar a articulação entre o PBF e o sistema socioassistencial (Bichir, 2011; 2016). Foram muitas as iniciativas, com destaque para a Resolução Comissão Intergestores Tripartite – n.º 7 de 2009, que preconiza o acesso prioritário aos serviços socioassistenciais às famílias do PBF, do Peti e do BPC e para a criação, em 2011, do Plano Brasil Sem Miséria (BSM), no qual o Suas foi seu principal parceiro nos eixos de atuação. Apesar dessas e de outras ações, seguimos vendo poucos avanços práticos nessa articulação, uma vez que a relação entre os beneficiários e os demais serviços ofertados no âmbito do Suas mantém-se bastante limitada ao acompanhamento das condicionalidades, com poucas exceções (Martins, 2020).

Embora os Programas de Transferência de Renda tenham como objetivo não apenas aliviar, mas também superar a pobreza por meio de investimentos em capital humano, esses ocorrem, sobretudo, através de políticas educacionais e do desenvolvimento de habilidades para o mercado de trabalho. Esses programas são normalmente formatados no intuito de ofertar às pessoas a chance de desenvolverem capacidades úteis para o mercado de trabalho, em vez de apoiá-las em seu desenvolvimento pessoal integral. Isso acaba se tornando um ponto importante de divergência entre o PBF e os objetivos estabelecidos pelo campo da Assistência Social, cujas práticas visam ao fortalecimento das pessoas considerando o seu meio social como um todo (Mioto, 2010; Silva, Yazbek; Couto, 2016). No entanto, os espaços disponibilizados no âmbito do Suas, como os Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas) carecem com frequência de métodos de trabalho que apoiem os beneficiários no reconhecimento e na compreensão de suas próprias necessidades, dificuldades, habilidades e recursos disponíveis para além das demandas do mercado de trabalho, assim como iremos discutir neste estudo.

Mesmo diante dessas limitações, pesquisadores são unânicos em avaliar a importância do PBF como porta de entrada para uma rede de proteção social mais ampla e do papel dos demais serviços e programas para a melhoria das condições de vida

(Soares; Sátyro, 2009, entre outros). Sendo assim, quando os beneficiários do programa conseguem acessar os demais serviços socioassistenciais, é possível observar avanços no fomento e desenvolvimento de habilidades, como a disposição na procura de emprego, ampliação da esfera de sociabilidade, ampliação do conhecimento sobre serviços públicos, uma maior percepção de autoeficácia e melhora de capacidades na comunicação como um todo, evidenciando a importância de uma rede ampla para a melhoria das condições de vida (Bronzo; Prates, 2012).

Embora a criação do BSM tenha significado um período de maiores investimentos sociais, esses tiveram vida curta, uma vez que a Emenda de corte de gastos públicos, sancionada em 2016, acabou por reduzir de forma significativa os investimentos em políticas sociais. Recentemente, o PBF foi retomado, apresentando importantes mudanças, com destaque para a definição de um valor mínimo do benefício de 600,00 reais por família. Ao longo desses vinte anos de existência, esses estudos puderam, portanto, jogar luz às possibilidades e limitações do programa em impactar de forma positiva a vida dos usuários. Buscando contribuir com essas discussões, acreditamos que o presente estudo pôde ampliar a perspectiva analítica sobre o tema sublinhando a importância da relação entre a compreensão das individualidades, o atendimento às necessidades e o desenvolvimento de capacitações para a melhoria das condições de vida.

A pesquisa de campo e os métodos aplicados

A pesquisa de campo foi realizada entre 2019 e 2022 em um dos 22 Centros de Referência de Assistência Social (Cras) de Porto Alegre, denominado Cras Horizontes.⁷ Com a ajuda das profissionais do Centro, foram realizadas dez entrevistas narrativas biográficas (Schütze, 1983; Rosenthal, 2014) com homens e mulheres, beneficiários do PBF. Além de receber o benefício do programa, os entrevistados, que tiveram suas histórias de vida reconstruídas, também se encontravam em acompanhamento familiar e/ou participando de atividades em grupo, realizadas no âmbito do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). No Suas, o acompanhamento familiar é realizado no âmbito do Serviço de Atenção Integral às Famílias (Paif), visando ao fortalecimento dos vínculos familiares, prevenindo sua ruptura e promovendo o acesso a outros serviços e benefícios. Tanto o acompanhamento familiar como as atividades em grupo se destacam por serem serviços que oferecem alta interação face a face e baixa programabilidade, permitindo a adaptação dos serviços às necessidades individuais e familiares dos usuários (Bronzo; Prates, 2012). A partir da tradição da Sociologia Interpretativa (Rosenthal, 2014), compreendemos as necessidades individuais e familiares como necessidades construídas socialmente, a partir da interação social e ao longo da trajetória de vida dos indivíduos.

⁷ Todos os nomes de pessoas e instituições foram modificados. Mais detalhes sobre o estudo, ver Rinaldi (2022).

Na presente pesquisa, os entrevistados haviam acessado a rede socioassistencial em razão de demandas econômicas através do PBF, e gradativamente foram utilizando também outros serviços e benefícios ofertados pelo Centro. Sendo assim, para além das entrevistas narrativas biográficas, o material analisado consistiu, ainda, em informações coletadas através de diários de campo (*memos*), em dados coletados junto às profissionais do Cras Horizontes sobre os entrevistados de maneira espontânea ou mediante entrevistas narrativas temáticas (Rosenthal, 2014) e em informações encontradas em instituições públicas e privadas, com as quais os entrevistados haviam tido contato ao longo de sua história de vida. Todas essas fontes alternativas de dados foram utilizadas na reconstrução das entrevistas biográficas de acordo com os princípios da triangulação de dados, teorias e casos na pesquisa social interpretativa.

Em razão de sua natureza qualitativa interpretativa, a metodologia de pesquisa adotada foi aberta, ou seja, o problema de pesquisa foi desenvolvido ao longo do processo investigatório, os métodos utilizados eram do tipo abertos, permitindo que os entrevistados estruturassem sua fala de forma independente, ao passo que a relação entre campo e teoria era circular (Glaser; Strauss, 2006). Após a condução de algumas entrevistas, a primeira foi escolhida para ser analisada. À medida que avançávamos nas análises, teorias eram mobilizadas para a interpretação do texto. E foi nesse processo que se percebeu a importância de nos distanciarmos, num primeiro momento, de ideias como efeito, eficácia e eficiência da política em prol do sentido manifesto e latente atribuído pelos entrevistados a sua vivência com o programa. Ao longo do processo de pesquisa, o seguinte problema se constituiu: *se considerarmos suas experiências biográficas como um todo, qual é o papel que o programa de transferência de renda demonstra desempenhar na vida dos beneficiários?*

Durante as entrevistas narrativas biográficas, os participantes foram convidados a relatar suas histórias de vida, primeiramente de forma livre, sem interrupções. Num segundo momento, os temas trazidos por eles foram aprofundados através de perguntas narrativas, focando no detalhamento de fatos vivenciados no passado. Finalmente, caso os entrevistados não tivessem ainda falado sobre sua experiência com o programa, esse tema foi abordado. Além das entrevistas biográficas, foram conduzidas duas entrevistas narrativas temáticas (Rosenthal, 2014) com as profissionais do Cras, responsáveis pelos acompanhamentos familiares de dois dos entrevistados. Os dados e os resultados alcançados com a reconstrução de uma dessas entrevistas foram utilizados mediante triangulação na formulação, confirmação e refutação de hipóteses na análise do caso de Pedro Amaro.

Das dez entrevistas biográficas, três foram reconstruídas com base no método de reconstrução biográfica de caso (Rosenthal, 2014). O método de análise utilizado se destaca por permitir a análise processual dos efeitos do programa, considerando as diferenças fases e experiências de vida. Dada a importância da análise processual dos efeitos a partir da biografia, é que se fez necessária a apresentação dos resultados considerando toda a história de vida e não apenas a experiência com o programa, uma

vez que essas duas coisas caminham juntas na análise. A partir da reconstrução da biografia, chegou-se, por fim, àquilo que chamamos de estrutura do caso⁸, ou seja, ao padrão de comportamento desenvolvido pelo entrevistado ao longo da vida, considerando suas experiências de vida como um todo. A partir dessa estrutura, foi construído um tipo específico de papel desempenhado pelo programa na vida dos entrevistados. Por fim, esses três tipos de papéis foram discutidos considerando suas semelhanças e diferenças no intuito de se ampliar a perspectiva analítica sobre os resultados. Embora nossos resultados façam referência a poucos casos, não podendo ser generalizados estatisticamente, sua importância reside na força das relações causais encontradas em cada caso e entre os casos. A validade dos resultados não se dá em virtude da frequência com que ocorrem, mas sim com base nas relações que explicam o fenômeno (Rosenthal, 2014).

Para melhor ilustrar esses resultados, sua apresentação está organizada em duas partes: 1) apresentação da história de vida de cada entrevistado, com destaque para a estrutura do caso e o tipo de papel desempenhado pelo PBF e 2) discussão contrastiva dos tipos e generalização teórica.

O PBF como parte de um somatório de recursos para a manutenção da autonomia: o caso de Pedro Amaro

Quando Pedro Amaro, um homem negro de 62 anos de idade, pai de quatro filhos em idade adulta, participou em 2019 da entrevista em uma das salas do Cras Horizontes, na condição de ex-beneficiário do PBF, ele estava prestes a se aposentar. Mas, enquanto isso não acontecia, ele continuava trabalhando. Embora o trabalho fosse uma importante fonte de identidade e de reconhecimento social para Pedro, manter-se ativo no mercado de trabalho nem sempre foi tarefa fácil. Com a quarta série incompleta, ele inicia sua trajetória laboral aos 12 anos de idade na venda de frutas e legumes, seguida da ocupação de auxiliar de limpeza, depois de cobrador de ônibus e, mais tarde, de pedreiro, que se, por um lado, exigiam pouca qualificação, por outro, demandavam turnos longos e exaustivos de trabalho, oferecendo baixa remuneração. Diante da baixa escolaridade e da pouca qualificação, sua inclusão no mercado de trabalho sempre dependeu de uma ajuda extra do seu capital social: seu primeiro emprego como auxiliar de limpeza foi apenas possível com a ajuda de uma ex-empregadora da mãe, assim como o cargo de cobrador de ônibus foi viabilizado, anos mais tarde, com a ajuda de um amigo, e sua atuação como pedreiro havia sido promovida por um tio. A escassez de recursos materiais (econômicos) e imateriais (escolaridade, reconhecimento e apoio emocional), de um lado, demonstrou exigir de Pedro, do outro, um padrão de comportamento

⁸ Mais detalhes ver Rosenthal, 2014, p. 248.

marcado pela *constante mobilização de pessoas e grupos como forma de compensar essa escassez, garantindo autonomia*⁹.

Dada as características da sua condição social, Pedro esteve por diversas vezes exposto aos efeitos de crises econômicas e às transformações no mercado de trabalho. Após 20 anos de atuação no setor dos transportes, ele é demitido, migrando, em 2003, com a ajuda de um tio, para o setor da construção civil, no qual assumiu postos temporários até 2014. Essa mudança veio acompanhada de uma clara piora das condições de trabalho e vida: atividades com um alto grau de insalubridade, períodos de afastamento e falta de renda em razão de acidentes de trabalho e durante a troca de contratos, bem como a necessidade de diversificação e aumento da renda através do acúmulo de ocupações. Quatro anos mais tarde, em 2007, a esposa pede a separação, e Pedro tem que deixar a casa da família. Sem a proteção familiar e do mercado de trabalho formal, Pedro busca apoio na Igreja Pentecostal, na escola dos filhos e na Assistência Social como forma de garantir a sua autonomia diante da escassez de recursos. Chama a atenção como o entrevistado não menciona ter recebido apoio da família nuclear e nem extensa no período, além de apresentar dificuldade em trazer maiores detalhes sobre os problemas enfrentados nas relações familiares à época.

Foi, portanto, no contexto da separação e do enfraquecimento dos vínculos familiares que ele recorre pela primeira vez ao PBF, recebendo o benefício básico no valor de 57,00 reais. Apesar disso, sua relação com a Assistência Social se resumiu no período apenas ao programa, cujos valores se apresentaram como insuficientes para a melhora das condições de vida, assim como podemos acompanhar na seguinte passagem:

E: sim então depois o senhor veio aqui no Cras \P.: eu me inscrevi no Bolsa Família e depois de uns dias eu recebi \E: e como é que foi \P.: 90 pila 57 \D: e como é que foi a experiência \P.: e depois foi para 90 \E: e como possivelmente como a sua vida possivelmente mudou depois do Bolsa Família teve alguma mudança \P.: não nada mixaria (vou fazer o que) não dá para fazer dá nem pra mexer na casa \E: o senhor ganhava quanto \P.: 57 \E: 57 sim e o que que o senhor fazia com esse dinheiro \P.: comprava o gás alguma coisa (Pedro, 2019).

Em 2009, quando volta a atuar no mercado formal com a ajuda de um empregador, Pedro deixa o programa. Ele esteve trabalhando em contratos temporários na construção civil até final de 2014, quando se mudou para a região metropolitana, onde foi morar com uma nova companheira. Essa nova fase se destacou pelo aprofundamento de vulnerabilidades: Pedro permaneceu três anos fora do circuito formal de trabalho, apresentando também dificuldade em acessar oportunidades no mercado informal,

⁹ Embora exista uma vasta literatura em Sociologia que discute o conceito de autonomia, importa, aqui, destacar, a partir dos escritos de Anderson e Honneth (2011, p. 82), que a autonomia faz referência a “um conjunto adquirido de capacidades para conduzir a própria vida”, cujo desenvolvimento se dá no meio social imediato dos indivíduos. A autonomia só é possível num contexto de dependência de relações de respeito, cuidado e estima. No que corresponde às populações pobres, a constante escassez de recursos limita o desenvolvimento e o fomento de suas capacidades para a condução da própria vida.

refletindo os efeitos provocados pela crise econômica ocorrida entre 2014 e 2018, além de ter se distanciado da sua rede de proteção, com destaque para o enfraquecimento dos vínculos familiares.

Quando a nova relação conjugal termina, ele volta, em 2017, aos 60 anos de idade, para Porto Alegre, apresentando, portanto, uma piora significativa da condição social: dificuldade de acesso à renda, enfraquecimento da rede de proteção, insegurança habitacional e alimentar. Em 2018, Pedro procura a Assistência Social, voltando a receber o benefício básico do PBF no valor de 89,00 reais. Entretanto, de acordo com o relato do entrevistado, mesmo após o recebimento do benefício, ele não conseguiu interromper o processo de empobrecimento, exigindo a contínua mobilização de novas fontes de recursos, a exemplo de cestas básicas, assim como podemos acompanhar na seguinte passagem:

E: Sr. Pedro além do grupo de idosos que outros serviços o senhor acessa aqui [...] \P: não aqui a Assistência Social aqui me ajudava aqui na alimentação, todo mês eles me davam um rancho (cesta básica) [...] perguntavam se estava bem, se estava bem de comida, se estava trabalhando, fazendo biscate, aí eu falava não, não, pode dar um rancho, elas iam lá me visitar as assistentes sociais, elas vinham me visitar para ver como é que era \E: o senhor pode me contar de uma dessas visitas \P: foi a Agnes e a supervisora aí, foram duas vezes lá em casa \E: me conta a primeira vez me conta como é que foi \P: aí elas foram lá para ver como que era se era aquilo mesmo que eu tinha contado para elas da minha situação, foram lá ver se eu pagava aluguel mesmo, para ver como é que era, eu dizia pra elas que eu não tinha condição de comprar um botijão de gás [...] (Pedro, 2019).

A necessidade constante de mobilização de novos recursos que muitos beneficiários do programa apresentam como forma de garantir o consumo e sua autonomia é um achado discutido por outros autores, como o de Ramires (2018) e de Stuker (2021). Diferentemente desses estudos, gostaríamos, entretanto, de chamar a atenção para o fato de que a transferência de baixos valores limita o consumo até mesmo de itens básicos como ilustrado por Pedro, fazendo com que situações de insegurança alimentar não sejam revertidas, como ficará mais evidente no caso de Celso Menezes.

Diferentemente de 2007, a sua relação com a instituição não se restringiu apenas ao programa, visto que ele passa a ser acompanhado no âmbito do Serviço de Atenção Integral às Famílias (Paif), além de visitar o grupo da terceira idade. O acompanhamento familiar incluía atendimentos no Cras, visitas domiciliares e o encaminhamento para demais serviços, como o grupo da terceira idade e o recebimento de cestas básicas. Dentre todos os serviços utilizados, o grupo da terceira idade foi aquele que mais contribuiu para a melhora da condição social, visto que foi no grupo que ele verbalizou ter tido suas necessidades reconhecidas e atendidas, logrando uma nova vaga de trabalho formal em 2019. No contexto de uma excursão realizada com o grupo, ele conta como se dava essa interação:

[...] durante o dia, a gente ia para praia tomar banho depois voltava almoçar, ia caminhar, aí depois teve o baile de noite, tinha a despedida ((risada)) \E.: sim mas foi um momento de diversão né \P.: sim diversão, amizade, tu vai conhecer as pessoas, vai se conhecendo, aí tu vai falando da tua situação, aí eles vão te indicando para o outro e foi indo né e assim vai né [...] e depois a dona [Claudia] veio falar comigo essa da [secretaria da Assistência Social], a [Assistente Social] falou para ela da minha situação, assim-assim um homem mora solito, desempregado, aí a Assistência Social ajudando ele, vamos ver se tu não pode arrumar um serviço para ele, aí me chamou lá, aí a gente ficou conversando quase uma hora sentado na beira da praia, conversando, aí ela pegou os meus dados, foi novembro e aí em dezembro, janeiro, março [de 2019] me chamaram [...] (Pedro, 2019).

Ao contrário das relações construídas junto ao grupo da terceira idade, o acompanhamento familiar¹⁰ realizado pelo Cras esteve marcado por uma interpretação burocrática e generalizadora a partir de categorias como desemprego, além de reforçar uma desconfiança sobre quão reais eram suas necessidades, apresentando dificuldade em superá-la através de uma maior aproximação em relação à situação do beneficiário. Embora Pedro viesse apresentando desde 2007 uma crescente fragilização dos vínculos familiares, a qual contribuiu para o processo de deterioração da sua condição social, foi possível identificar como a Assistente social, responsável pelo seu caso, desconhecia essas dificuldades, demonstrando focar o atendimento exclusivamente no seu retorno ao mercado de trabalho.

Na ocasião de nossa entrevista, em 2019, Pedro já se encontrava, portanto, no mercado de trabalho formal e não era mais beneficiário do programa, conquanto permanecesse visitando os encontros da terceira idade e contando com a ajuda do Cras para o encaminhamento de sua aposentadoria. Paralelamente ao novo emprego, ele conta ter conhecido sua nova companheira, com quem se casa em maio de 2020, mudando-se para uma cidade vizinha. Segundo Pedro, ela trabalhava como costureira, mas deixou o emprego durante a pandemia de Covid-19. Um ano após o casamento, ele conta que ela pediu a separação no contexto de uma denúncia à polícia contra ele por uso de drogas, violência doméstica e privação de liberdade. Embora essas informações não possam ser verificadas, elas nos parecem indicar que o novo relacionamento também estava em risco.

Ao considerarmos o padrão de comportamento apresentado pelo entrevistado ao longo de sua história de vida, vemos que Pedro passou a *recorrer cada vez mais a pessoas e grupos fora da família, incluindo o PBF, para garantir autonomia em um contexto de escassez de recursos*. Isso significa que seu processo de empobrecimento não estava relacionado apenas às experiências de desemprego, doença e falta de renda, mas também à perda gradual do apoio financeiro e emocional da família. No que diz respeito à sua história familiar e às relações familiares, essas se mantiveram desconhecidas para os

¹⁰ Mais detalhes sobre a entrevista realizada junto à Técnica Social, responsável pelo seu caso, conferir Rinaldi (2022, p. 197ff.).

profissionais do Cras, dificultando a identificação de suas necessidades para além da falta de emprego.

O PBF como parte da rede social de proteção para o desenvolvimento do papel de provedora familiar: o caso de Lara Oliveira

Se comparados os resultados encontrados nos casos de Pedro e Lara, veremos que eles podem ser considerados como casos de contraste mínimo, apresentando uma estrutura semelhante no que tange ao papel desempenhado pelo programa em suas vidas, assim como ficará claro ao longo de nossas discussões. Diferentemente das demais entrevistas, a conversa com Lara Oliveira ocorreu em 2022, no período pós-pandemia de Covid-19, em sua casa. Lara tinha 38 anos à época, era mãe de quatro filhos com idades entre 17 e 22 anos, avó de uma menina de dois anos e vivia separada do ex-companheiro há cinco anos. Aos 21 anos de idade, ela ingressou pela primeira vez no mercado de trabalho formal, no qual se mantinha até o dia de nossa entrevista. Durante a conversa, Lara buscou apresentar-se como “mãe, provedora dos recursos econômicos” ao longo de uma biografia marcada pela superação do sofrimento vivido junto à família de origem e, mais tarde, na formação do próprio grupo familiar através do trabalho. Nascida em Porto Alegre, Lara cresceu em um meio familiar bastante vulnerável, marcado pela insegurança alimentar, pela estrutura habitacional precária, pelo abuso de bebida alcoólica do pai, pela violência doméstica sofrida pela mãe, por métodos pedagógicos violentos, bem como pela dificuldade dos genitores em cuidar de si mesmos e, consequentemente, dos sete filhos. A relação com os pais se caracterizava pelo distanciamento emocional e por uma educação envolvendo punição física e psicológica, ao passo que a mãe era aquela que garantia a sobrevivência econômica da família.

Diante desse contexto de escassez de recursos no meio familiar, Lara vai buscar, nas suas relações conjugais, o afeto e a segurança econômica de que necessitava. A primeira união ocorreu aos 14 anos de idade, resultando no nascimento de seus dois primeiros filhos, e a segunda aos 18 anos, da qual decorreram suas filhas caçulas. Diante da impossibilidade de o segundo companheiro garantir a segurança econômica, Lara ingressa no mercado de trabalho, enquanto ele assume o cuidado das filhas e da casa. Esse também foi o período que ela passa a acessar serviços de saúde e socioassistenciais: ela realiza uma laqueadura de trompas em 2004 e começa a receber o benefício do PBF a partir de 2006, o qual passou a compor um somatório de recursos necessários para a condução da vida. Se compararmos as escolhas realizadas pela entrevistada a partir desse período, vemos uma mudança de comportamento em comparação ao momento em que saiu da casa da mãe, aos 14 anos de idade: Lara deixa de buscar sua segurança econômica em uma terceira pessoa, *assumindo para si essa tarefa e uma postura de maior autocuidado*, ao passo que seguia fortalecendo sua rede de proteção e fomento, da qual o programa fazia parte. Quando indagada sobre o uso do benefício, ela responde:

E.: [...] tu falou também do bolsa família né que vocês construíram, você veio pro terreno da sua mãe [...] vocês construíram essa casa com a ajuda desse senhor, e daí na sequência você também falou do bolsa família, tu pode me contar de repente um pouquinho sobre a tua experiência com o bolsa família desde o início assim \L.: [...] eu não me lembro se em seguida a gente já, já recebia o bolsa, porque as gurias já frequentavam lá [o Cras] né daí eu me inscrevi no bolsa e elas começaram a receber o bolsa, aí eu pagava o material [da casa] com esse dinheiro, meu dindo tirava pra mim e eu ia pagando \E.: uhum \L.: e ele pagava a prestação, então praticamente era morto [o valor do benefício] pra pagar aquilo ali né já deixava [...] pra construir a casa, tanto é que a gente, ah faltou isso dindo, tá mas teu dinheiro já tá quase acabando, eu deixava o cartão com ele pra ele pode pagar a prestação das coisa \E.: uhum \L.: já tá quase acabando, eu não me lembro se aquele tempo era 180, mas eu fazia rende aqueles 180, ah faz em 10 vezes, não sei, não me interessa, faz em 10 vezes, e eu já sabia que aquele dinheiro eu não ia ver a cor né, e aí foi o que fui construindo, e aí até as guria começar a falta o colégio (risos), mas eu aproveitei bastante [...] (Lara, 2022).

De modo diverso dos demais casos, Lara não usava o valor do benefício, em primeiro lugar, para a aquisição de alimentos, mas sim para a construção da casa própria - uma vez que a insegurança alimentar havia sido superada através da renda do trabalho. Mesmo após a sua inclusão no mercado de trabalho, Lara pôde seguir recebendo o benefício, somando-o à renda do trabalho. Ao longo dos 17 anos que esteve atuando na área de serviços gerais, Lara demonstrou ter assumido de forma gradativa o papel de provedora familiar, enquanto o ex-companheiro assumia o trabalho doméstico. Além do Bolsa Família, Lara acessou de forma gradativa outros serviços socioassistenciais, como cestas básica, espaços de lazer e qualificação para as filhas no contraturno escolar e o acompanhamento familiar. Considerando os dados supracitados, vemos, portanto, como o benefício aliado à renda do trabalho formal, assim como aos demais serviços socioassistenciais e às pessoas do seu entorno imediato - como empregadores, o ex-companheiro, vizinhos e familiares - passa a compor a sua rede de proteção, cujo principal efeito foi o gradativo *desenvolvimento e estabilização do papel de provedora familiar*.

Nos momentos em que as filhas apresentavam problemas na frequência escolar, Lara conta ter recorrido ao Cras para regularizar a situação, tendo normalmente sucesso. Chama, entretanto, a atenção que o ex-companheiro nunca foi incluído nos atendimentos, muito embora ele fosse o principal responsável pelos cuidados diários das filhas. Ao longo da infância das filhas, e especialmente quando essas chegam à adolescência, Lara conta que o ex-companheiro as agredia fisicamente e psicologicamente; essas agressões chegaram até o Cras, entretanto, somente depois que as filhas, já adolescentes, denunciaram as agressões do pai junto ao Conselho Tutelar. Pressionada pelas filhas, mas também apoiada pelos profissionais do Conselho, Lara pede a separação em 2018.

À medida que as filhas cresceram, elas começaram a se colocar em novas situações de risco, envolvendo o abuso de substâncias químicas e relações com integrantes do tráfico. Mais uma vez o Conselho Tutelar assume protagonismo ao ofertar ações capazes

de reestabelecer a segurança. Nesse processo, o Cras assumiu um papel de apoio às ações do Conselho, sem, no entanto, aproximar o ex-companheiro aos atendimentos. Ao limitar o acompanhamento familiar à relação de Lara com as filhas ao longo do tempo, o Cras acabou por reforçar a divisão tradicional dos papéis sociais entre Lara e o ex-companheiro, a qual, na prática, nem sequer existia, além de reforçar a ideia de que seus espaços não são para os homens, assim como sugerem estudos sobre o PBF associados aos papéis de gênero (Bartholo; Passos; Fontoura, 2018; Tebet, 2012).

O PBF como forma de compensar vínculos inseguros: o caso de Celso Menezes

Assim como Pedro, também Celso Menezes se encontrava, em 2019, à espera de sua “aposentadoria”. Mas, ao contrário de Pedro, esse afastamento remunerado só seria possível mediante o recebimento do Benefício de Prestação Continuada (BPC)¹¹. Apesar das dificuldades do presente, Celso olhava aos seus 65 anos de idade para trás e sentia orgulho de sua trajetória laboral, apresentando-se como um típico trabalhador de sua época: começou a trabalhar cedo no campo, aos nove anos de idade, chegou até a terceira série do ensino básico, sem, entretanto, concluí-la, e mesmo com pouco estudo, ganhou dinheiro suficiente para construir duas casas. Apesar dos acertos, ele deixa claro que houve muitos erros, especialmente no que tange à família.

As dificuldades enfrentadas no meio familiar iniciam, entretanto, ainda na infância, na década de 1960, quando sua mãe morre após uma tentativa de suicídio, aos seus seis anos de idade, deixando os cinco filhos aos cuidados do pai. Como o segundo filho mais velho, ele assume com a irmã, aos nove anos de idade, a sobrevivência dos irmãos caçulas à medida que o pai perde a capacidade de prover pelos filhos. Ele conta ter trabalhado nas terras de um tio em troca de alimento. Nesse processo de empobrecimento, eles precisam vender a casa e outros bens da família, mudando de local de moradia. Com isso, ele muda também de escola, perdendo mais uma vez importantes referências. A mudança se reflete de forma bastante negativa, e ele abandona a escola aos 12 anos de idade. E à medida que seu meio familiar se tornava um espaço de vínculos¹² inseguros, é no mercado de trabalho que Celso demonstrou encontrar, aos 13 anos de idade, segurança econômica e afetiva, trabalhando como peão para uma família da região em troca de casa, roupa e pequenos valores em dinheiro.

Ao constituir sua própria família, também Celso passou a apresentar dificuldade em construir e manter vínculos seguros e duradouros. Diante de conflitos familiares, a

¹¹ Benefício voltado a pessoas acima de 65 anos e com deficiência no valor de um salário-mínimo, sem exigência de contribuição previdenciária.

¹² Com base na teoria do apego (Bowlby, 2002), compreende-se por formação de vínculos um processo através do qual sujeitos se encontram em uma relação de reciprocidade, na qual buscam ter suas necessidades atendidas. Na medida em que essa relação de reciprocidade avança no tempo, a segurança ou a insegurança em contar com o atendimento às necessidades através do outro ganha força, envolvendo a prática do cuidado e do significado que se tem para o outro através desse cuidado. Vínculos inseguros resultariam, assim, da insegurança em contar com o atendimento às necessidades através do outro.

estratégia desenvolvida foi sempre de deixar a casa da família em busca de trabalho, algumas vezes por períodos longos (anos), sem prestar apoio financeiro ou afetivo. No mercado de trabalho, ele assumiu diversas ocupações: peão de lavoura, ajudante em uma madeireira, instalador de redes telefônicas e pedreiro de obra. De acordo com o relato, o primeiro emprego formal foi alcançado apenas na década de 1980, aos 26 anos de idade. Antes disso, o entrevistado havia atuado apenas no mercado informal, sem nenhuma garantia dos direitos previdenciários. E apesar de tantas inseguranças, o trabalho demonstra ter sido vivenciado, sobretudo, como um espaço de realizações, de reconhecimento e da construção de uma autocompreensão e identidade positiva, enquanto a família era tida, com poucas exceções, como um espaço de expectativas frustradas. Ao longo da vida, Celso relatou ter se casado formalmente duas vezes, embora tenha tido filhos com três mulheres. No momento de nossa entrevista, Celso não se encontrava em um novo casamento. Se considerarmos a dinâmica descrita, vemos o desenvolvimento de um comportamento marcado pela *constante fragilização dos vínculos familiares e de sua compensação através do mercado de trabalho*, à medida que esse lhe oferecia formas de corresponder a algumas de suas necessidades, como renda e reconhecimento social.

A dificuldade em construir vínculos duradouros não teve apenas impacto em seus casamentos, mas também na relação com os filhos. Na transição para a chamada terceira idade, Celso demonstrou contar com a ajuda esporádica apenas dos irmãos e de dois de seus sete filhos. Ao completar 60 anos, em 2014, também as relações no mercado de trabalho começam a se tornar mais inseguras: no contexto da crise econômica, Celso não consegue mais se manter no mercado de trabalho formal e nem encontrar oportunidades suficientes no mercado informal, caindo gradativamente em uma condição de extrema pobreza. Em 2017, ainda desempregado, ele passa a receber o benefício básico do PBF no valor de 89,00 reais. E mesmo assim sua situação de pobreza segue deteriorando, assim como podemos acompanhar na seguinte passagem, na qual ele conta o que conseguia fazer com o valor recebido, descrevendo a persistência da situação de insegurança alimentar através da ideia de que a geladeira se encontrava vazia:

C.: [...] não é que foi uma mudança assim, mas claro que graças a deus chega aquele dia ali, eu vou lá pego esse dinheiro e dá pra comprar alguma coisa \E.: sim \C.: agora mesmo eu, estou pensando em pegar amanhã ou depois e comprar uns pedacinhos de carne porque a geladeira estava batendo sozinha, então é aquilo ali né, como eu disse é pouco vem bem e ajuda bastante, e pior se eu não tivesse, pior se eu não tivesse, mas [...] eu estava sem gás em casa, é a segunda vez que eu esse mês passado também eu peguei gás, e daí, bah, fazendo fogo fora pra fazer comida, e aí, chegou comprei o gás, então é aquilo que eu te digo, não é que dá pra fazer um rancho mas tem, chega uma hora que ajuda [...] /E.: e além do bolsa o senhor ã:, o senhor me falou de algumas ajudas esporádicas aqui do Cras, o senhor poderia me falar um pouquinho mais sobre essas ajudas? \C.: [...] ela me perguntou, assim, assim e tal, como é que o senhor tá passando não estou nada bem, ela disse pra mim eu te levo um sacolão, tá, ajuda, me ajuda muito \E.: sim

\C.: tá ajudando ainda, tem alguma coisinha, arroz, arroz é o que vem mais, feijão também [...] (Celso, 2019).

A partir de 2019, Celso não consegue mais pagar o aluguel, mantendo-se na casa que alugava apenas sob a promessa de que iria honrar com sua dívida. Ao ver a insegurança alimentar se ampliar para a insegurança habitacional, ele procura o Cras para entrar com o pedido de BPC. Na ocasião, passa, então, a receber cestas básicas, ampliando suas fontes alternativas de recursos, muito embora não tenham sido também capazes de tirá-lo da situação de insegurança alimentar. Diferentemente de Pedro, sua entrada no programa não se traduziu imediatamente em uma maior aproximação à rede socioassistencial. Isso só ocorreu de forma gradativa à medida que Celso via enfraquecer seus vínculos no mercado de trabalho, tendo como consequência a necessidade de construir novas filiações. Diante desse distanciamento em relação à rede socioassistencial, consideramos que o entrevistado não tenha vivenciado e nem reconhecido na Assistência Social um espaço de oportunidades, assim que sua relação com a mesma nunca evoluiu efetivamente para um acompanhamento familiar, mantendo-se desconhecido em diversos aspectos de sua individualidade. Embora Celso apresentasse diversos problemas de saúde decorrentes da sua situação socioeconômica, como depressão, não houve nenhum encaminhamento do Cras para acompanhamento em saúde. Embora o PBF bem como a rede socioassistencial demonstrem terem desempenhado um papel importante na história de vida de Celso ao funcionarem como meio de *compensação de vínculos sociais inseguros na família e no mercado de trabalho*, esses também não ofereceram recursos suficientes para garantir proteção social, de modo que sua condição socioeconômica seguiu deteriorando.

Discussão contrastiva entre os tipos e generalização teórica

Considerando as semelhanças e diferenças entre os casos e os tipos, gostaríamos de aprofundar as discussões em torno dos três papéis ou funções do PBF evidenciados nas análises. Embora o papel de *complementar a renda familiar* tenha ganhado destaque nos casos de Pedro e Lara, ele também se fez presente no caso de Celso, ao passo que a baixa renda adquirida no mercado de trabalho informal somada aos baixos valores transferidos pelo programa não permitiu que o processo de empobrecimento vivenciado por Pedro e Celso pudesse ser interrompido, com destaque para a persistência de um quadro de insegurança alimentar e habitacional. Os resultados encontrados apontam que esse quadro só pôde ser revertido nos casos de Lara e Pedro após a sua inclusão no mercado de trabalho formal, enquanto Celso, ainda desempregado, não via seu quadro ser alterado. Diante da impossibilidade de ter suas necessidades alimentares atendidas pelo programa, os entrevistados passaram a acionar outros serviços da rede

socioassistencial, a exemplo de cestas básicas, as quais, por sua vez, também não foram capazes de interromper o processo de empobrecimento.

A necessidade constante de mobilização de novos recursos que muitos beneficiários do programa apresentam como forma de garantir o consumo já foi discutido por outros estudos, como o de Ramires (2018) e de Stuker (2021). Diferentemente desses estudos, gostaríamos, entretanto, de chamar a atenção para o fato de que a transferência de baixos valores pode limitar até mesmo o consumo de itens básicos, como ilustrado pelos entrevistados, fazendo com que situações de insegurança alimentar persistissem, semelhante àquilo já discutido há dez anos por estudos quantitativos, como o de Osório *et al.* (2011) ou apontado recentemente por levantamentos, como da Rede Penssan (2022), no qual se verificou que 73,3% dos beneficiários do programa apresentavam sofrer, em 2022, de algum tipo de insegurança alimentar.

Nossos resultados apontam, entretanto, para o fato de que os entrevistados não buscavam o PBF apenas em contextos de desemprego, mas também diante de vínculos familiares fragilizados e da dificuldade de receber o apoio econômico e emocional necessário. Sendo assim, além da falta de renda, também se destacaram outras necessidades nas análises, como a de *compensar vínculos sociais inseguros*, localizadas dentre aquelas dimensões da pobreza denominadas por Bronzo e Prates (2012) como as dimensões intangíveis. Diante da impossibilidade de terem suas necessidades econômicas ou/e emocionais atendidas pela família e pelo mercado de trabalho, todos os três entrevistados procuraram no programa e nos serviços socioassistenciais formas de compensar vínculos sociais enfraquecidos. Embora o PBF tenha apresentado limitações em atender às necessidades básicas através da transferência de renda, ele demonstrou ser mais efetivo como meio de aproximação dos entrevistados à rede socioassistencial, reforçando a tese largamente defendida na literatura de que o BF funciona como porta de entrada para um sistema socioassistencial mais amplo (Bichir, 2011; Soares; Sátyro, 2009).

Esse foi o caso em especial de Pedro e Lara, que passaram a acessar diferentes serviços como cestas básicas, o acompanhamento familiar e a participação em coletivos, a exemplo do grupo da terceira idade e de atividades educativas para as filhas no contraturno escolar. Embora o programa tenha aproximado os participantes dessa rede, a falta de um espaço de fala e escuta, no qual pudessem expor as suas necessidades, envolvendo demandas para além do mercado de trabalho, impediu que problemas familiares viessem à tona e pudessem ser enfrentados adequadamente.

Não foi coincidência, portanto, que os entrevistados conseguissem desenvolver aquilo que Amartya Sen (2018) chama de *capacitações* em áreas da vida envolvendo, sobretudo, trabalho. Para melhor compreendermos esse resultado, recorreu-se à diferença estabelecida por Sen entre capacitações e funcionalidades. Primeiramente, é importante destacar que Sen não está se referindo a capacidades no sentido de talentos, ou seja, habilidades com as quais nascemos, e sim àquelas capacidades que

desenvolvemos na interação social e ao longo da vida, denominando-as, por isso, *capabilities*, e não *capacities*. Enquanto o conceito de funcionalidades “reflete as várias coisas que uma pessoa pode considerar valioso fazer ou ter [...]”, a ideia de “capacitação (*capability*) de uma pessoa consiste nas combinações alternativas de funcionamentos cuja realização é factível para ela” (Sen, 2018, p. 75). Ou seja, ao passo que funcionalidades fazem referência ao plano dos desejos, sonhos, mas também das normas, as capacitações são aqueles funcionamentos que os indivíduos conseguem colocar em prática. Em razão de sua natureza prática, a capacitação é um tipo de liberdade; a liberdade de escolher e agir de determinada forma, alcançando realizações. Com base nas reflexões de Sen e de outros teóricos, Rego e Pinzani (2014) salientam que a liberdade de escolha não é limitada apenas por fatores externos, mas também por habilidades e capacidades propriamente ditas, denominadas recursos internos. Isso significa que a condução de uma vida boa, independentemente de como ela apareça para cada um de nós, dependeria sempre de capacitações (recursos) externas e internas, bem como de sua combinação, não podendo ser pensadas nunca de forma isolada.

Nos casos analisados, isso significa dizer, por exemplo, que, quando Pedro encontrou um espaço no grupo da terceira (capacitações externas) para falar sobre si mesmo, tendo suas necessidades acolhidas, como a falta de emprego, mas também as suas habilidades, como a capacidade de executar uma atividade laboral que envolvia responsabilidades, ele pôde seguir desenvolvendo as suas capacitações internas, como a possibilidade de ingressar novamente no mercado de trabalho formal e voltar a ter autonomia. Vale, entretanto, destacar que isso só foi possível quando Pedro teve a sua individualidade conhecida e reconhecida, bem como suas necessidades atendidas pelos serviços.

Dessa forma, foi a partir do caso de Pedro, mas também de Lara, que chegamos ao terceiro e último tipo de papel desempenhado pelo PBF: o de *fomentar e desenvolver capacitações*. Enquanto no caso de Pedro o programa funcionou como meio para o desenvolvimento de capacitações no mercado de trabalho, no caso de Lara, ele atuou de forma direta e indireta no desenvolvimento de capacitações, possibilitando tanto a construção da casa própria como contribuindo juntamente com o mercado de trabalho e os demais serviços socioassistenciais para que a entrevistada desenvolvesse e consolidasse o papel de provedora familiar, alterando as relações tradicionais de gênero.

Esse potencial impulsor de mudanças do programa na vida de beneficiários, especialmente mulheres, foi um importante achado de outros estudos, como o de Suarez e Libardoni (2007), Rego e Pinzani (2014), Bronzo e Prates (2012) ou ainda Bartholo, Passos e Fontoura (2018), conquanto o presente estudo tenha evidenciado os detalhes de como isso pode acontecer. Novas capacitações internas (a assunção do papel de provedora) puderam ser desenvolvidas apenas quando determinadas necessidades haviam sido atendidas através de recursos externos (alimentação, um emprego de qualidade, um lugar para o cuidado das filhas, a casa própria etc.). Embora o programa não tenha sido a principal causa da mudança, ele fez parte de um conjunto de recursos

externos necessários para que mudanças internas fossem colocadas em marcha e mais tarde efetivadas, atestando a complexa combinação entre capacitações externas e internas para a melhoria das condições de vida. Nesse processo, a existência de uma rede de proteção e fomento ampla demonstrou fazer toda a diferença, assim como empiricamente apontado por outros estudos, como de Bronzo e Prates (2012).

Se considerarmos a literatura que discorre sobre os efeitos do PBF com ou sem a articulação com os demais serviços e programas ofertados na rede socioassistencial, os temas envolvendo o reconhecimento das individualidades, bem como o atendimento às necessidades individuais são apenas tangenciados (Bronzo; Prates, 2012; Rego; Pinzani, 2014; Suarez; Libardoni, 2007; Testa *et al.* 2013, entre outros), recebendo maior ou menor peso. Seria, portanto, um erro dizer que o tema das necessidades individuais não apareça nesses estudos. Ele tende, entretanto, a ser discutido desde uma perspectiva macrossocial, a partir de noções estruturantes como pobreza, vulnerabilidade ou ainda necessidades básicas ou mínimas, mas sem aprofundar noções como essas que estamos problematizando aqui.

No que corresponde aos serviços socioassistenciais considerados em nosso estudo, a exemplo do trabalho realizado diretamente com as famílias, era de se esperar que esse abrisse espaço para um trabalho mais personalizado, no qual a individualidade e com ela as necessidades dos usuários pudessem emergir e compor o plano de ações estabelecido entre os técnicos sociais e as famílias. Nos casos analisados, verificou-se que a interpretação das profissionais sobre os três casos apresentou um alto grau de generalização e baixo comprometimento com as particularidades de suas histórias de vida e com as necessidades trazidas por eles. A exemplo da relação entre Lara e o Cras, na qual seu ex-companheiro nunca foi envolvido no acompanhamento familiar, vimos como essa limitação não apenas contribuiu para a reprodução do papel da mulher como a principal responsável pelos cuidados dos filhos, sobrecarregando-a dessa tarefa, mas também impediu que as filhas e o ex-companheiro pudessem receber a atenção e o apoio de que também necessitavam. Enquanto as análises provaram como as competências dos entrevistados no mercado de trabalho puderam ser facilmente reconhecidas pelas profissionais do Cras, sobretudo, suas dificuldades familiares passaram despercebidas. Considera-se que isso ocorre, em primeiro lugar, em razão da própria capacidade dos entrevistados em reconhecer em si mesmos o seu valor e expressá-lo, mas também da dificuldade que apresentam em falar sobre aquilo que não funciona e causa sofrimento; e, em segundo lugar, pela falta dos meios necessários para que as profissionais pudessem conhecer as especificidades dos entrevistados, logrando distanciar-se de interpretações generalizadoras.

Consideração finais

Muito daquilo que foi identificado pela literatura como efeitos do programa na vida dos beneficiários também foi encontrado nos resultados da presente pesquisa, conquanto acreditamos que nos foi possível ir além, explorando importantes aspectos da relação entre a entrada dos beneficiários no programa, o recebimento do benefício, o acesso aos demais serviços socioassistenciais e a possibilidade de vivenciarem mudanças na sua condição social. Diante de nosso interesse em compreender o papel do PBF na vida dos beneficiários, destacam-se aqueles resultados referentes à relação entre o reconhecimento das individualidades e o atendimento às necessidades para o desenvolvimento de capacitações. Acreditamos que o estudo ajudou a compreender um pouco mais sobre o impacto do programa na vida dos usuários a partir de uma simples, mas não óbvia constatação de que novas capacitações, como alimentar-se suficientemente ou ingressar em uma vaga de trabalho formal, podem ser fomentadas e desenvolvidas desde que as necessidades individuais dos usuários sejam devidamente conhecidas, reconhecidas e atendidas. Esse foi o caso em especial de necessidades envolvendo a inserção dos beneficiários no mercado de trabalho. Quando os entrevistados encontraram um espaço para expressar suas necessidades e capacidades no mercado de trabalho, conseguiram desenvolver novas capacitações profissionais. No entanto, o contrário também foi verdadeiro: ao não encontrarem um espaço para falar sobre suas dificuldades familiares, os beneficiários continuaram reproduzindo dinâmicas que prejudicavam sua condição de vida.

Do ponto de vista da relação do programa com os demais serviços socioassistenciais, vimos, assim como outros estudos, a importância do programa como porta de entrada para o Suas. Por outro lado, também contribuímos com essa temática apontando para aquilo que acontece quando os usuários acessam essa rede. Enquanto suas habilidades para o mercado de trabalho puderam ser facilmente reconhecidas e fomentadas pelos profissionais da Assistência Social, suas dificuldades familiares passaram despercebidas, evidenciando os limites enfrentados pelos profissionais para compreender e apoiar as demandas trazidas pelos usuários. Esse aspecto é especialmente problemático se considerarmos que a inserção profissional exige o desenvolvimento de capacitações anteriores, como autoestima, saúde mental, a finalização dos estudos, aquisição de conhecimentos específicos e espaços adequados de proteção para os filhos.

A partir dos resultados, acreditamos na importância de o Estado investir em políticas socioassistenciais que tenham as necessidades individuais como o norte de suas ações, fortalecendo equipamentos, serviços, programas e profissionais para que possam acolher as individualidades dos usuários, apoiando o seu desenvolvimento integral para além das demandas do mercado de trabalho. Desde a perspectiva acadêmica, gostaríamos de explorar mais a relação entre o atendimento às necessidades individuais e o desenvolvimento de capacitações em novos estudos, além de motivar outros autores

a fazer o mesmo, considerando usuários que acessam diferentes programas e serviços no âmbito do Suas.

Referências

- ANDERSON, Joel; HONNETH, Axel.
(2011). Autonomia, vulnerabilidade, reconhecimento e justiça. *Cadernos de Filosofia Alemã*, n. 17, p. 81-112.
- ANSCHAU, Francielle Richetti; MATSUO, Tiemi; SEGALL-CORRÊA, Ana Maria.
(2012). Insegurança alimentar entre beneficiários de programas de transferência de renda. *Revista de Nutrição*, Campinas, v. 25, n.2, p. 177-189.
- BARTHOLO, Letícia.; PASSOS, Luana; FONTOURA, Natália.
(2018). Bolsa família, autonomia feminina e equidade de gênero: o que indicam as pesquisas nacionais? In: SILVA, Tiago Falcão (org.). *Bolsa Família 15 Anos (2003-2018)*. Brasília: Enap, 2018. p. 371-406.
- BICHIR, Renata Miranda.
(2011). *Mecanismos federais de coordenação de políticas sociais e capacidades institucionais locais: o caso do Programa Bolsa Família*. Tese de doutorado. Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- BICHIR, Renata Miranda.
(2016). Novas agendas, novos desafios. Reflexões sobre as relações entre transferência de renda e Assistência Social no Brasil. *Novos Estudos*, v. 104, p. 111-136.
- BOWLBY, John.
(2002). *Apego: a natureza do vínculo*. v. 1, Trilogia Apego e Perda. São Paulo, Martins Fontes.
- BRONZO, Carla; PRATES, Ian.
(2012). Tocando o intangível: explorando efeitos de programas sociais nas dimensões menos tangíveis da pobreza. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, v. 17, n. 60, p. 107-128.
- GLASER, Barney.; STRAUSS, Anselm. L.
(2006). *The Discovery of Grounded theory*. Strategies for qualitative research. New Brunswick and London, Aldine Transaction.
- MARTINS, Barby de Bittencourt.
(2020). *Presenças e ausências do Estado na fronteira: um estudo a partir das trajetórias das usuárias do Programa Bolsa Família em Porto Velho, Rondônia*. Tese de Doutorado no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais.
- MIOTO, Regina Célia.
(2010). Família, trabalho com famílias e Serviço Social. *Serviço Social em Revista*, Londrina, v. 12, n.2, p. 163-176.
- OSÓRIO, Rafael G.; SOARES, Sergei; SOUZA, Pedro Herculano Ferreira.
(2011). Erradicar a pobreza extrema: um objetivo ao alcance do Brasil. *Texto para Discussão*, n. 1619. Rio de Janeiro: Ipea.
- RAMIRES, Sylvio Marinho da Pureza.
(2018). *Trajetórias de vida na Amazônia: um estudo sobre as condições de sobrevivência das famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família*. Tese de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.
- REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR – REDE PENSSAN.
(2022). *II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil: relatório final*. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/>, Acesso em: 24 nov. 2022.
- REGO, Walquíria Leão; PINZANNI, Alessandro.
(2014). *Vozes do Bolsa Família – Autonomia, dinheiro e cidadania*. Campinas, Editora da UNESP.
- RINALDI, Débora.
(2022). *Estudo biográfico sobre Políticas de Transferência de Renda no Brasil: atender necessidades para fomentar e desenvolver capacidades*. Tese de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- ROSENTHAL, Gabriele.
(2014). *Pesquisa social interpretativa: uma introdução*. Porto Alegre, EDIPUCRS.
- SCHÜTZ, Alfred.
(2018). *A construção significativa do mundo social*. Uma introdução à sociologia compreensiva. Petrópolis: Vozes.

SCHÜTZE, Fritz.

(1983). Biographieforschung und narratives Interview. *Neue Praxis*. Kritische Zeitschrift für Sozialarbeit und Sozialpädagogik, v. 13, n. 3, p. 283-293.

SEN, Amartya.

(2018). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia do Bolso.

SILVA, Maria Ozanira da Silva; YAZBEK, Maria Carmelita; COUTO, Berenice Rojas.

(2016). Pobreza como categoria teórica e análise das matrizes que fundamentam o desenho e implementação dos PTRC. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva. *O mito e a realidade no enfrentamento à pobreza na América Latina*. Estudo comparativo de Programas de Transferência de Renda no Brasil, Argentina e Uruguai. São Paulo: Cortez.

SOARES, Sergei; SÁTYRO, Natália.

(2009). O Programa Bolsa Família: desenho institucional, impactos e possibilidades futuras. *Texto para Discussão*, n. 1424. Brasília: Ipea.

SOUZA, Pedro H. G. Ferreira; OSORIO, Rafael G.; PAIVA, Luis Henrique; SOARES, Sergei.

(2018). Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade: um balanço dos primeiros 15 anos. In: SILVA, Tiago F. (Org.). *Bolsa Família 15 Anos (2003-2018)*. Brasília: Enap.

STUKER, Paola.

(2021). *Sobrevivências*. Transferência Condicionada de Renda e Processos de Emancipação Feminina da Violência Doméstica. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SUAREZ, Myreia; LIBARDONI, Marlene.

(2007). O impacto do Programa Bolsa Família: mudanças e continuidades na condição social das mulheres. In: VAITSMAN, Jêni; PAES-SOUSA, Rômulo (org.). *Avaliação de políticas e programas do MDS – Resultados*. Volume II: Bolsa Família e Assistência Social. Brasília, DF, MDS.

TEBET, Mani.

(2012). Percepções de gênero entre casais beneficiários do Programa Bolsa Família. Dilemas. *Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 5, p. 295-334.

TESTA, Maurício Gregianin; FRONZA, Paula; PETRINI, Maira; PRATES, Jane Cruz.

(2013). Análise da contribuição do Programa Bolsa Família para o enfrentamento da pobreza e a autonomia dos sujeitos beneficiários. *Revista Administração Pública*, Rio de Janeiro, v.47, n.6, p. 1519-541.

TRALDI, Daiane Roncato Cardozo; ALMEIDA, Luiz Manoel de Moraes Camargo.

(2012). Políticas públicas de transferência de renda e a questão da segurança alimentar dos beneficiários: efetividades e entraves do Programa Bolsa Família. *Política & Sociedade*. Florianópolis, v. 11, p. 137-171.

Recebido em

março de 2024

Aprovado em

junho de 2025